

SESSÕES DO PLENÁRIO

20ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 17 de agosto de 2021. Sessão mista (presencial e virtual)

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES

À hora marcada, 15 horas, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputados(as): Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angelo Almeida, Antônio Henrique Júnior, Bira Corôa, Bobô, Capitão Alden, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Josafá Marinho, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo Lula, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosemberg Lula Pinto, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Tiago Correia, Tum, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Lula e Zó.(60)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária, convocada com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 24.214/2021, do Poder Executivo, que altera a Lei nº 14.281, de 28 de agosto de 2020, na forma que indica; Projeto de Lei nº 24.215/2021, do Poder Executivo, que institui o Programa Baiano de Educação Integral Anísio Teixeira e dá outras providências; Projeto de Lei nº 24.220/2021, do Poder Executivo, que altera a Lei nº 13.458, de 10 de dezembro de 2015, e a Lei nº 14.310, de 24 de março de 2021, e dá outras providências.

Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, vou suspender a sessão por uns 10 minutos em virtude de um problema técnico aqui na televisão, para ver se os nossos técnicos conseguem consertar.

Então está suspensa...

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, questão de ordem.

Licença, Ivaninha. Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem, deputado.

O Sr. Sandro Régis: Antes que V. Ex.^a suspenda a sessão, solicito uma verificação de quorum para a continuidade dos trabalhos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a será atendido.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, pela ordem. Eu pedi aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Sandro...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Primeiro, V. Ex.^a já tinha solicitado a suspensão da sessão por 10 minutos...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Sandro, V. Ex.^a concorda? (Pausa) O deputado concorda, até porque, em virtude do problema que está acontecendo, tem pessoas que estão...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: O.k.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, a gente tem de ter bom senso, o líder do Governo tem razão, pois V. Ex.^a...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a sempre tem...

O Sr. Sandro Régis: (...) já tinha solicitado a suspensão por 10 minutos.

Mas já quero deixar o pedido para V. Ex.^a fazer uma verificação de quorum, por favor, quando reabrir a sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a será atendido.

(Sessão suspensa)

(O Sr. Presidente retoma os trabalhos em Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, peço desculpas a todos vocês. Infelizmente, com essas novidades da pandemia, a gente vinha trabalhando apenas remotamente. E agora, nesta sessão mista, ou seja, presencial e remota, o som saía daqui do Plenário, mas não estava conseguindo ser transmitido pela televisão para os deputados que se encontram fora daqui. Mas os técnicos arranjaram uma forma. Vamos tentar dar continuidade à sessão.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: O deputado Sandro Régis, corretamente, já solicitou uma verificação de quorum, no retorno dos trabalhos, para a continuidade da sessão.

Por isso, eu queria pedir a cada deputado e a cada deputada, já que estamos em uma sessão remota e presencial, que fiquem atentos, porque o presidente vai fazer uma verificação de quorum, atendendo ao pedido do deputado Sandro Régis, e precisamos da presença de 21 deputados para darmos continuidade à presente sessão.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Robinson.

O Sr. Robinson Almeida Lula: É para uma comunicação inadiável ao Plenário desta Casa.

Quero aqui registrar, com muita tristeza, o falecimento do jovem Lucas Santiago. Conheci Lucas ainda adolescente já acompanhando os passos do seu pai, Gilmar

Santiago, e da sua mãe, Bia Santiago, lideranças populares de Salvador com trabalho comunitário na região do Bom Juá.

Lucas iniciou a sua militância política na adolescência, tendo como inspiração os seus pais. Filiado ao Partido dos Trabalhadores, ele se envolvia com questões da área ambiental, de proteção dos animais e era organizador da juventude e também dos diretórios do PT na capital.

Lucas desenvolveu um problema renal desde cedo, passou, inclusive, por transplante, quando recebeu a doação de um rim da sua mãe, depois do seu pai, e há 20 anos convivia com essa situação clínica de ser um paciente renal crônico. Infelizmente, na manhã de hoje nós perdemos esse querido companheiro.

Eu quero registrar aqui a minha tristeza e deixar os meus sentimentos, a minha solidariedade a Gilmar Santiago, ex-vereador de Salvador e destacada liderança popular, pela perda do seu filho; a Bia Santiago, mãe de Lucas, também militante importante; a suas irmãs, Andrea e Maíra, que também estão sofrendo muito neste momento.

Deixo aqui os meus sinceros sentimentos a toda a família enlutada. Vá em paz, companheiro; seu legado, sua alegria, seu exemplo ficarão sempre entre nós. Essa é a minha comunicação. Registro aqui uma moção de pesar por essa perda muito sentida por todos nós que convivemos e conhecemos Lucas Santiago, Sr. Presidente.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Comunicação inadiável, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputada Fabíola.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Inicialmente, quero me associar à moção de pesar...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputada Fabíola, só 1 minuto.

Vou atender à questão de ordem do deputado Sandro e marcar os 15 minutos.

Marquem os 15 minutos para a verificação de quorum. Concederei durante esse tempo as questões de ordem e a comunicação inadiável de V. Ex.^a.

Srs. Deputados, existe uma questão de ordem do deputado Sandro Régis, líder da Bancada da Oposição, solicitando a verificação de quorum para a continuidade da sessão.

Então, Srs. Deputados aqui presente e Srs. Deputados que acompanham esta sessão de fora...

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Deixe-me falar...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (...) das dependências desta Casa que estão por vídeo, por favor, existe uma questão de ordem para a continuidade da sessão.

Com a palavra, deputada Fabíola.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Sr. Presidente, inicialmente, eu quero me solidarizar com o amigo, ex-companheiro, vereador Gilmar Santiago, pela perda do seu filho, associando-me à moção de pesar sugerida pelo deputado Robinson.

Mas eu quero também aqui me solidarizar com o povo caetiteense, deputada Ivana, pela perda da querida amiga, ex-secretária de Saúde Cynthia Lopes Marques, no último sábado. Ela, uma batalhadora pela vida, vinha lutando contra um câncer. Ao longo de sua vida no serviço público – era uma servidora da Sesab, ex-secretária de

Saúde de Caetité –, sempre brigou pela implantação da Unacon (Unidade de Alta Complexidade em Oncologia) naquela cidade.

Junto com ela, estivemos inúmeras vezes, junto com o ex-prefeito Zé Barreira, o ex-prefeito Aldo, brigando pela implantação da Unacon. E era um sonho dessa mulher que cuidou de inúmeras pessoas. E, certamente, deixa um legado de existência fraterna, solidária e de cuidado com o povo de Caetité, mas não apenas de Caetité, Sr. Presidente. A nossa querida amiga Cynthia Lopes Marques foi, durante um tempo, diretora do Cosems (Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde), regionalmente representando o Sertão produtivo, e lá, junto com os ex-presidente Raul Molina e a atual presidente Stela, muito colaborou para a defesa do SUS e a defesa da saúde pública de qualidade.

Cynthia, vá em paz! A gente fica aqui com o seu legado, que tem a sua digital, não só o povo de Caetité. E já foi registrada uma moção de pesar, a qual eu ratifico agora, Sr. Presidente, da nossa querida amiga, ex-secretária Cynthia Lopes Marques, cujo trabalho com certeza vai ficar e ser lembrado para todo o sempre e por todos aqueles que defendem a saúde de qualidade.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

Deputado Sandro, eu vou fazer a verificação de quorum, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Isso.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Sandro...

Srs. Deputados, deputado Marquinho. Srs. Deputados que se encontram aqui no Plenário, por favor, deem a presença.

O painel está aberto.

Deputado Sandro, nós estamos por vídeo, pelo Zoom. V. Ex.^a pode acompanhar o professor Zé Raimundo, deputada Olívia Santana, deputado Bobô, deputado Hilton, deputado Marcelino Galo, deputado Osni, deputado Euclides Fernandes, deputado Angelo Almeida, deputada Neusa Cadore, deputado Aderbal, deputado Isidório...

Deputado Sandro Régis: PDT não pode.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Um minuto, 1 minuto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Já deram 21.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Eduardo Salles... portanto, já tem número, deputado Sandro. Já temos número. É porque não está conseguindo. Eles estão no vídeo aqui, não estão conseguindo.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eu vou solicitar ao técnico...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: (...) Deputado Sandro, nós estamos com um problema de...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Só 1 minuto.

Ernâni, por favor, nosso técnico, como é que os deputados que se encontram aqui presentes virtualmente podem dar a presença, Sidinei?

(O Sr. Sidinei Pires de Carvalho: No *SevWeb*.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Sim, mas aparece no painel?

Os deputados estão me ouvindo? Os deputados que estão... O.k., Osni.

Então, vocês que estão me ouvindo, Srs. Deputados, que estão virtualmente... Osni... Vocês, Srs. Deputados, por favor. Deputado Eduardo Salles, me ouviu? Deputado Aderbal, Bobô, deem a presença, por favor. Deputado Hilton, Isidório, Mirela.

O deputado Isidório está falando que não consegue ouvir.

O Sr. Luciano Simões Filho: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Um minuto, só 1 minuto.

Deputado Paulo Câmara?

Os deputados estão todos aqui.

O Sr. Luciano Simões Filho: Eu vou discursar.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Luciano, só 1 minuto para ver se os deputados conseguem...

O Sr. Luciano Simões Filho: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vai ser concedida.

E aí, Sidinei, tem como?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Registre a presença, deputado Luciano Simões.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Isso, Luciano.

E agora já estão conseguindo. Deputado Hilton Coelho, já... Deputado Aderbal, deputado professor Zé Raimundo...

O Sr. Alex Lima: Sr. Presidente, o deputado pediu a questão de ordem e não assinou.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vai assinar.

Deputado Sandro, vou conceder...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Já deu quorum.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k., já temos quorum. Então, questão de ordem do deputado...

O Sr. Luciano Simões Filho: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Um minuto, 1 minuto. Questão de ordem do deputado Luciano.

O Sr. Luciano Simões filho: Obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde, amigas e amigos deputados estaduais, voltando a esta Assembleia agora presencial e também ainda trabalhando de forma virtual, nos dois modos.

Venho a esta Assembleia falar um pouco do que eu observei na minha viagem desse final de semana. Eu estive no município de Capim Grosso e no município de Quixabeira. É interessante, amigos e amigas deputados desta Casa, o comportamento do governador Rui Costa com aqueles dois municípios.

Primeiro, falando do município de Quixabeira. Lá temos um prefeito, Reginaldo Sampaio, do Democratas, o qual foi reeleito, muito bem reeleito; e existe um pleito

naquele município desde o primeiro mandato de Reginaldo, que é a ligação, uma extensão de água da Embasa para a localidade de Riacho e de Remanso.

A Prefeitura Municipal de Quixabeira fez o investimento no montante de quase R\$ 300 mil com recursos próprios, e só está faltando uma autorização da Embasa, amigos deputados, uma autorização simples da Embasa para entroncar a rede da Embasa na extensão de rede construída pela prefeitura municipal.

Todo esse sistema foi construído embasado nos critérios da Embasa, e há quase 4 anos a Embasa não autoriza esse entroncamento da rede. Isso não é comportamento republicano, isso não é um comportamento decente.

Venho a esta tribuna, sim, repudiar essa atitude do governo do estado só por se tratar de um prefeito do nosso partido, de um prefeito de oposição, um prefeito do Democratas.

Outro pleito antigo, já agora do município de Capim Grosso. O governador esteve recentemente nos festejos de aniversário do município de São José do Jacuípe e, em discurso, prometeu mais uma vez a viabilização, a construção do projeto, a construção do hospital regional para o município de Capim Grosso. Para quem conhece um pouco a Bahia sabe que Capim Grosso é um dos mais importantes entroncamentos do Nordeste do Brasil e um dos mais importantes da Bahia. Capim Grosso tem uma vocação natural para ser um polo daquela microrregião.

A promessa já vai durar 16 anos – começou com Wagner, e agora está finalizando com Rui Costa – de que eles iriam, sim, equipar o hospital, transformando-o em uma referência regional, e nada foi feito. O ex-prefeito Itamar Rios, tantas e tantas vezes cobrou em rede social, em audiências presenciais, e nada foi feito. Quando o pleito toma um tamanho tal, o governador, mais uma vez, torna a prometer.

O povo daquela região está cansado de promessa, Sr. Governador. A importância de Capim Grosso para aquela região é fundamental, mais de oito municípios naquela microrregião que necessitam desse apoio.

Meus amigos e minhas amigas, esse é o comportamento do governo do estado para com o município de Quixabeira, para com o município de Capim Grosso. Graças a Deus, ano que vem vai ser a eleição e o povo vai dar resposta na urna. Os pleitos de Reginaldo, os pleitos de Itamar, os pleitos de Titinho, meu grande amigo lá de Capim Grosso, hão de ser ouvidos em um novo governo da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, não há expediente a ser anunciado, não há manifestação de oradores no Pequeno Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Grande Expediente. Não há orador inscrito.

Horário das Representações Partidárias.

Antes de chamar o deputado Hilton Coelho, questão de ordem, deputado Alan.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, presidente.

Presidente, até com a companhia do nosso líder do Governo – nosso da Assembleia, não meu – mas fazendo essa referência, porque o meu líder é Sandro Régis, Sandro de Oliveira Régis.

Mais uma vez, eu gostaria de pedir a V. Ex.^a, solicitar que esclarecesse a este Plenário quais são os outros projetos que estarão em pauta para votar. Devolvi já o projeto do qual eu pedi vista, sob a orientação do grupo da Oposição, e hoje será votado esse projeto. Após a votação desse projeto, a pauta fica destravada novamente. E quais serão os projetos que estão para serem apreciados por este Plenário?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Os mesmos da semana anterior, deputado.

O Sr. Alan Sanches: Parece que V. Ex.^a acrescentou mais um quando recebi...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não, não, são os três da semana anterior, dos quais um V. Ex.^a pediu vista...

O Sr. Alan Sanches: Que devolvi hoje.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Isso.

O Sr. Alan Sanches: Tenho certeza de que a gente está aqui fazendo avaliação com o líder do Governo. Deveremos também, não eu, mas a Oposição deverá pedir vista também.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Do próximo, claro, porque esse já foi.

O Sr. Alan Sanches: Perfeitamente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k.

Com a palavra o representante do PSOL para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos. Deputado Hilton.

O Sr. HILTON COELHO: Boa tarde, Sr. Presidente e demais deputados, deputadas e as pessoas que nos acompanham através da transmissão da nossa *TV ALBA*.

Ocupamos o tempo desta tribuna, Sr. Presidente, para tratar do problema da volta às aulas no modo presencial. É uma situação que, cada vez mais, se fortalece enquanto preocupação. À medida que o tempo vai passando, por um lado, a categoria faz um movimento bravo de resistência. Segundo os dados da APLB, cerca de 99% da categoria não aderiu e aguarda o processo de negociação entre o governo e a APLB, o que tem sido um processo difícil, mas que a categoria tem levado à frente. E nos preocupou o encontro que nós tivemos com profissionais do Sudoeste baiano.

Antes disso, quero dizer que cerca de 20 escolas, em diversos municípios, em regiões diferentes do estado da Bahia, já apresentaram quadros de infecção ou de suspeita de infecção por Covid-19, sendo obrigadas a fechar turmas ou as próprias unidades. E esse final de semana, Sr. Presidente, eu tive a oportunidade de dialogar, no início da semana, aliás, ontem, com profissionais do Sudoeste baiano, profissionais da área da educação. E, além de uma crítica às condições sanitárias...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) eu conversei com um colégio considerado um colégio de referência na região do Sudoeste baiano, a ponto de representar a própria região numa atividade em Dubai.

E os profissionais criticaram a situação sanitária da escola e colocaram um dado que para mim é alarmante: cerca de 75% dos profissionais de educação daquela escola permanecem numa situação, estão numa situação...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) de não imunização. Ou seja, uma parte, a grande maioria tomou apenas a primeira dose, uma parte tomando a primeira dose de maneira muito recente, inclusive, antes de se completarem os 20 dias. Isso demonstra que a situação é muito preocupante, dada a proliferação, especialmente, da cepa Delta, que já é a cepa preponderante no estado do Rio de Janeiro, levando o estado, mais uma vez, a fechar as escolas. E nós estamos, aqui na Bahia, com a segurança sanitária questionável, com esse processo de vacinação absolutamente heterogêneo em relação à situação dos diversos municípios e sem a garantia do ensino remoto, que é garantido pela resolução do Conselho Nacional e que tem força de lei até 31 de dezembro deste ano corrente.

Então, para nós, é uma situação muito preocupante, que precisa ser tratada por esta Casa, e o governo precisa abrir o processo de negociação, de fato, de maneira tranquila, de maneira serena, aprofundando as situações com a categoria, porque toda a categoria, de fato, entende que é preciso ter a aula presencial, obviamente, em algum momento. O que nós não queremos é transformar o espaço escolar em um corredor da morte e, para que isso não aconteça, nós precisamos ter debates participativos e democráticos com o conjunto dos profissionais da área de educação.

E, para finalizar, Sr. Presidente, não poderia terminar aqui o nosso pronunciamento sem saudar o conjunto do serviço público, especialmente o Fórum Baiano em Defesa do Serviço Público que, amanhã, fará um grande ato, saindo do Campo Grande, a partir...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado Hilton.

O Sr. HILTON COELHO: (...) com a reforma administrativa. É um ato de fortalecimento da greve geral nacional do serviço público, que questiona a perspectiva não de uma reforma, mas de uma contrarreforma administrativa, que vai acabar com as carreiras do serviço público no Brasil e, portanto, negar de maneira avassaladora o conjunto dos direitos...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Hilton, para concluir, por favor.

O Sr. HILTON COELHO: (...) sem máquina para efetivar. Sem carreira e sem máquina pública é impossível efetivar os direitos básicos da nossa população. Então, um salve para o Fórum Baiano em Defesa do Serviço Público, e amanhã todos e todas no ato, a partir das 10 horas, com ponto de partida no Campo Grande.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou líder do PP para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos...

(Interferência na conexão.)

(...) Por 5 minutos, o deputado Bira Corôa, e depois, por 5 minutos, o deputado Pastor Ubaldino.

Eu queria pedir à área técnica, ao Sidinei, eu queria pedir a todos vocês responsáveis pelo funcionamento do painel, das transmissões, da TV, que houvesse uma reunião para que não houvesse... Sabemos que tecnologia pode ter falha, mas eu acredito que nós já tivemos tempo demais para haver essa adaptação. Então, eu queria que todos vocês se reunissem para que ele sanasse esse problema, para que na próxima sessão não houvesse esses problemas que estão acontecendo agora à tarde.

Muito obrigado.

Com a palavra Bira.

O Sr. BIRA CORÔA: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Servidores e Sr.^{as} Servidoras desta Casa, visitantes. Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu venho aqui externar os meus sentimentos e, ao mesmo tempo, dar um forte abraço e apoio a Gilmar Santiago e a sua esposa Bia pela partida do seu filho Lucas, que nos deixou na manhã de hoje, e deixa, sem sombra de dúvida, um legado de reconhecimento pela figura humana, pelo companheirismo, pela militância e pelo compromisso na defesa dos interesses de uma sociedade mais justa, mais igualitária. Vá em paz e que os caminhos de luz sejam mantidos para que, em outra esfera, você possa cumprir outras tarefas que assim forem determinadas.

Sr. Presidente, também utilizo este exato momento para externar o meu repúdio a este governo fascista do governo federal, que, através do ministro de Educação, externa ações na defesa de uma universidade para poucos, para atender ao interesse de uma elite e, ao mesmo tempo, prega a separação e a exclusão quando afirma que estudantes com deficiência prejudicam o desenvolvimento e o aprendizado dos demais estudantes.

Essa é a prova concreta de um governo que não tem compromisso com o seu povo, que joga contra a acessibilidade e, acima de tudo, o direito de cidadania. E eu não poderia deixar de me expressar e afirmar que não é coincidência, Srs. Deputados, nenhuma coincidência que, nos governos fascistas, as ações sejam muito similares. Qual é a diferença entre o Talibã e a condução bolsonarista? Ambos, em nome da fé, ambos, na defesa da religião, depõem contra os interesses da sociedade, contra a democracia, perseguem mulheres, crianças, outras religiões e minorias. Ambos pregam a mesma ação: adoração a Deus, à família, à pátria e às armas. E é por isso que eu não poderia deixar, Robinson Almeida, de utilizar este exato momento para externar a ação de repúdio que vem ocorrendo no Brasil, mas também antenado e comprometido com o interesse nas ações internacionais.

Não podemos deixar e fazer de conta que o que está ocorrendo no contexto nacional não traga relações diretas com os interesses do capital internacional, não tenha como objetivo transformar o Brasil numa condição de colônia, tirando direitos constitucionais vividos pelo povo brasileiro.

Na contramão do que foi construído nos governos Lula e Dilma, o que nós estamos vivenciando é a retirada de ações importantes e de conquista da classe trabalhadora e da sociedade civil organizada, na educação, na saúde, na infraestrutura, na ação e no desenvolvimento social, entre outros aspectos. O que a gente pode

presenciar é a implantação de um regime autoritário fascista, quero repetir, que tem como objetivo ter um controle total da ação do país em detrimento dos interesses da sociedade, priorizando, acima de tudo, as classes mais privilegiadas economicamente, e, por que não dizer? A elite.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Por isso, Sr. Presidente, no dia de hoje, venho aqui, mais uma vez, afirmar o meu compromisso na defesa e nos interesses da democracia e na luta por uma sociedade mais justa e igualitária, com direitos e acessibilidade para todos e todas.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Pastor Ubaldino por 5 minutos.

O Sr. CARLOS UBALDINO: Mui digno presidente, Srs. Deputados, deputadas, amigos que nos prestigiam com as vossas valiosas e magníficas presenças aí nas Galerias Paulo Jackson, eu não poderia deixar passar em branco porque, neste dia, a nossa querida vereadora Débora Santana, da nossa querida capital Salvador, está em frente à Esplanada dos Ministérios, em Brasília, com os guerreiros que compõem a enfermagem do estado da Bahia e do Brasil, lutando por um piso salarial digno para o enfermeiro. Débora está à frente, acampada ali, e a esta altura os ministérios já abriram as portas para atender àquela comissão que brilhantemente luta em prol do enfermeiro baiano, em prol de um piso digno para aqueles que enfrentaram a Covid. Eu comparo os policiais e os enfermeiros com os verdadeiros guerreiros da última hora, enfrentando a pandemia, a Covid-19. Débora não se omitiu quando disponibilizou o Alô Covid na nossa capital, atendendo mais de 10 mil soteropolitanos, levando-os para as UPAs e dando a assistência necessária.

Neste momento, Sr. Presidente, eu quero trazer à memória de todos a idade nova da minha querida Olindina, que, anteontem, completou 63 anos de existência. E, ali, eu parabenizo o prefeito Luiz Alberto e os nove vereadores que nos acompanham. Parabéns, Olindina! Parabéns, Sr. Prefeito! Parabéns, Srs. Vereadores! Olindina é uma cidade linda, querida, de um povo aguerrido que sabe trabalhar e sabe o que quer.

Também não poderia esquecer da minha querida Ribeira do Amparo, que completou também 63 anos da sua história. Parabéns a todo o povo de Ribeira do Amparo, aos vereadores, ao meu amigo Wilson! E, por certo, Ribeira do Amparo se regozija por essa data que brilha no coração de todos os ribeirenses.

Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, neste momento, me sinto lisonjeado e eu gosto de citar aqui uma frase: “Quando dois homens palmilhavam um caminho e durante aquela viagem o seu companheiro recebeu uma agressão, ele disse: ‘Neste momento, fui agredido pelo meu companheiro de viagem’. Então, agachando-se escreveu na terra. Mais na frente um pouquinho, aquele que o agrediu, caiu em profundo labirinto e o seu companheiro, agora, luta, se esforça e consegue salvar o outro da morte. Ele agora vai e risca em uma pedra: ‘Neste dia, consegui salvar o meu amigo da morte’. E, perplexo com o que via, o companheiro disse: ‘Porque eu te agredi você escreveu na areia, e agora você consegue salvar a minha vida da morte e escreve na pedra’. O homem

responde: ‘Amigo, é porque as coisas que não prestam, a gente escreve na areia para que o vento logo apague, mas as boas coisas a gente escreve na pedra para servir à memória do amanhã’.”

Eu tenho certeza de que esse trabalho que a guerreira vereadora Débora está fazendo, vai servir para a memória do soteropolitano no amanhã, é um trabalho necessário, é um trabalho valoroso, é um trabalho que dignifica o trabalho dos enfermeiros...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. CARLOS UBALDINO: (...) das enfermeiras, trazendo um piso salarial digno para o trabalhador da enfermagem. Os guerreiros que enfrentaram a Covid-19, que colocaram suas famílias em risco, suas próprias vidas, e, hoje, eles estão lutando. Eu tenho certeza de que a recompensa vai ser justa, de um salário digno, de um piso salarial digno para o enfermeiro baiano.

Um abraço.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou líder do Bloco Parlamentar PSDB/Republicanos para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, o deputado Carlos Geilson falará por 5 minutos; e pelos outros 5 minutos, o deputado Soldado Prisco.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Carlos Geilson por 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON: Sr. Presidente, deputados e deputadas, hoje o meu discurso é em solidariedade aos funcionários e colaboradores da empresa de transportes Santana, que anunciou o encerramento das suas atividades no estado da Bahia. São mais de 80 anos, 80 anos de história. Em menos de 2 anos de pandemia, a empresa, que vinha numa crise financeira, não conseguiu equilibrar as contas com a Covid-19 sendo cruel e atingindo de forma voraz a economia de todo Brasil, e isso levou de roldão a empresa Santana.

Quase 40 linhas intermunicipais sob a responsabilidade de uma empresa que dava conta de em torno de 45 cidades em nosso estado. Essas linhas foram transferidas para a empresa Cidade Sol, empresa que começa a atuar nas linhas da Santana a partir do dia 1º de setembro.

Srs. Deputados e Deputadas, são 270 trabalhadores desligados, totalizando cerca de 550 funcionários somente durante a pandemia. Essa é a estimativa do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes de Feira de Santana. Como disse, a empresa de transporte Santana já vinha atravessando uma crise, mas a pandemia contribuiu de forma decisiva para o encerramento de suas atividades.

Vale destacar que as medidas adotadas pelo governo do estado em combate à pandemia foram terríveis, isso somado à crise financeira e essa empresa tão tradicional na Bahia, especialmente em Feira de Santana, encerra as suas atividades.

Nesse período, o governo do estado adotou medidas draconianas, quando proibiu, por um bom tempo, os ônibus intermunicipais de circularem, mas foi complacente com a clandestinidade. Isso não poderia resultar senão nessa crise sem precedentes, que, agora, chega ao final com uma empresa de tradição fechando as suas portas.

Aqui vai, mais uma vez, a minha solidariedade aos empresários Isabela Barros e Décio Barros que, com certeza, sem condições de enfrentar o caos econômico se veem numa condição... tomados de forma muito cruel pela crise em nosso estado.

Nesse período, o governador Rui Costa assistiu de braços cruzados à clandestinidade avançar e, ao mesmo tempo, as empresas constituídas desabarem nessa crise fomentada por ações desastradas e pelo alastramento da Covid-19.

Quero aproveitar também...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) aproveitar em outra oportunidade ainda hoje, se tempo houver, para falar do absurdo que é se trafegar numa rodovia pedagiada, que é a BR-324. Mas isso fica para um outro momento, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Soldado Prisco.

Srs. Deputados, eu gostaria de informá-los que já foi normalizada toda a transmissão e o funcionamento desta sessão.

O Sr. SOLDADO PRISCO: Sr. Presidente, vi uma entrevista do governador Rui Costa e fiquei abismado com a palavra dele. Chama o governo federal e o presidente Bolsonaro de traidores, de perseguidores. Usou mais o termo perseguidor. Que persegue o Nordeste, que não repassa as vacinas para o Nordeste.

Eu acho que o governador Rui Costa não deve ter televisão em sua casa ou não deve ter um espelho para se olhar. Quem mais persegue é ele na Bahia.

Nós temos aprovada por esta Casa uma lei das emendas impositivas, que o governo do estado não paga. Ele persegue. Há uma ação transitada em julgado no Tribunal de Justiça, e ele só fica postergando, para não pagar. Não é ao deputado Soldado Prisco a quem ele está prejudicando, não, é à população da Bahia. As emendas não são para mim, as emendas são para os municípios, que o governador, de forma mesquinha, com a política ultrapassada, uma política de perseguição, de picuinha política... Ele deveria era se respeitar antes de abrir a boca e falar isso.

Não tem espelho em casa para olhar para trás e ver o que está fazendo aqui, na Bahia? A tamanha perseguição que ele faz aqui com aqueles que fazem oposição! A Oposição virou inimiga? Então, o povo da Bahia, que tem direito às emendas, não vai receber porque foram deputados da Oposição...

É um total desrespeito do governador com esta Casa, com a Assembleia Legislativa da Bahia, porque a lei foi aprovada aqui, e ele não a cumpre. E diz que é o presidente Jair Messias Bolsonaro que é perseguidor!

E fala de *fake news*, quando o governo dele é o verdadeiro *fake news*, é uma verdadeira mentira, uma verdadeira farsa, é um estelionato eleitoral.

Governador, você deveria olhar no espelho e se ver, ver o que é que está acontecendo na Bahia!

Vejam o absurdo que foi o gasto para colocar uma câmera nos peitos dos policiais, R\$ 665 milhões. Em que o investimento nisso vai melhorar a segurança pública? Como isso vai impactar na segurança pública da Bahia?

A segurança pública, toda ela sucateada! Os policiais não têm nem combustível para andar com as viaturas, não têm armamento, não têm colete, 7 anos sem reajuste salarial! E o governo, a 1 ano e 2 meses da eleição, faz um investimento desse, de mais de meio bilhão, em uma empresa que está em recuperação judicial, que é a Oi. O que é que isso vai trazer para o povo da Bahia de melhoria na segurança pública?

O tráfico de drogas dominou o estado. Nos bairros há toque de recolher na hora em que eles quiserem. Os ônibus entram e saem na hora que o tráfico quer. Os comerciantes, para funcionar, têm que pagar pedágio ao traficante. São dois policiais por viatura que não conseguem oferecer segurança nem para eles próprios, quanto mais para a sociedade.

O secretário da Segurança Pública, eu não sei o que foi que ele veio fazer na Bahia. Quando ele abre a boca para dar entrevista, o povo da Bahia sabe como é que é.

Pede ao secretário para ele sair do caixote de vidro, que custou R\$ 350 mil, e passar aqui, no CAB, para ver a companhia que cobre a área, a 48ª CIPM, que não tem condições de funcionar, que está em estado de decadência. Desses 665 milhões, só 500 mil daria para reformar ou construir um prédio novo!

A companhia aqui, no CAB, a 82ª CIPM, não tem banheiro feminino. As condições de trabalho são péssimas.

E o governo fica pregando que está investindo em segurança pública, e gasta 665 milhões em algo que não vai oferecer nada, nem para a corporação, nem para a população da Bahia.

E ainda vejo o secretário ir para a mídia e dizer que isso vai proteger o cidadão baiano do abuso de poder, do abuso de autoridade, da homofobia que os servidores praticam, que alguns servidores praticam.

Secretário, realmente tem que conhecer a Bahia, tem que adentrar os quartéis para ver que toda essa prática de abuso de poder, de perseguição política acontece no governo dele. Não são os servidores que fazem isso.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Tem que colocar a câmera nele, secretário, para ver o que está acontecendo com o povo da Bahia e com os policiais que dão a sua vida, todos os dias, nas ruas para defender pessoas como você, secretário, que diz que são os policiais que cometem abuso de poder.

Jamais vamos deixar que isso ocorra na Bahia. Nossa voz não vai ser calada com tanta mentira e perseguição nesse governo. Nós vamos continuar essa luta por justiça e liberdade sempre.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria para falar ou indicar orador.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Falará o deputado Jacó.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Jacó, por 5 minutos, no tempo do PSD.

O deputado Jacó está com vídeo?

Deputado Jacó?

Então, V. Ex.^a usa o tempo enquanto o deputado Jacó...

Por 5 minutos, o líder da Maioria, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, meu querido presidente, servidores, imprensa, o governo do estado da Bahia está fazendo uma grande ação e um grande investimento na área da educação do estado da Bahia, construindo diversos equipamentos, diversas escolas, reformando uma grande quantidade de outras escolas nos diversos municípios do nosso estado.

Mas tem uma coisa que é muito importante – e aqui vale tanto para cidades governadas por aliados e cidades governadas também por partidos que não compõem a Base do Governo: o governador está fazendo um trabalho no sentido de levantar aquelas creches que foram iniciadas na época do governo da ex-presidenta Dilma Rousseff, o Programa Brasil Carinhoso, para cuidar das mulheres, das crianças. Várias creches, à época, foram iniciadas no Brasil inteiro e aqui, na Bahia. Uma grande quantidade delas ficaram paralisadas ao final do governo e, por motivos diversos, não foram concluídas.

Então, o governador tomou a iniciativa de verificar em cada cidade, independentemente do tamanho, essas obras que estão paralisadas para, num arranjo jurídico, fazer com que o governo do estado termine esses equipamentos, conclua essas obras para entregar à população. Porque é muito importante que uma mãe que sai para trabalhar tenha um local onde deixar os seus filhos, para que seus filhos possam se ocupar, naquele momento, com brinquedos, com brinquedotecas, mas também garantir um aprendizado a essa meninada de escola pública que, às vezes, chega para disputar um espaço na sociedade de uma forma diferente da forma daqueles filhos de famílias que têm a oportunidade de colocar seus filhos em creches na educação infantil.

Algumas famílias colocam seus filhos a partir dos 2, 3 anos na escola, enquanto as famílias carentes só têm a oportunidade de colocar seus filhos nas escolas públicas nas idades entre 5, 6, 7 anos. Comparando esses alunos com aqueles que têm a oportunidade de pagar, de famílias que têm a oportunidade de pagar, eles saem em posições diferenciadas.

Por isso que eu queria, neste momento, Sr. Presidente, trazer esta informação para os deputados, para as deputadas, para que a gente possa levantar, no estado da Bahia, em qualquer local onde existam essas creches inacabadas, para que a gente possa apresentar à Secretaria da Educação do Estado da Bahia e garantir que a gente encontre um arranjo jurídico para que o governo do estado assuma a conclusão dessas obras...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: (...) e entregue esses equipamentos para utilização dessas famílias com crianças que, sem dúvida alguma, são crianças em condição econômica com a necessidade de utilização desses equipamentos tão bem pensados pela ex-presidenta Dilma Rousseff.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por 5 minutos, o deputado Jacó. O deputado Jacó me ouviu?

Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou ao líder do Bloco Parlamentar Patriota/PSL/PSC...

O Sr. Sandro Régis: Por 5 minutos, Sr. Presidente, o deputado Alden.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por 5 minutos, o Capitão Alden.

O Sr. CAPITÃO ALDEN: Sr. Presidente, senhores e senhoras, muito boa tarde a todos. Eu gostaria, Sr. Presidente, de trazer alguns números que, infelizmente, grande parte da imprensa baiana não tem divulgado, mas aqui, como é a Casa do Povo e a Casa da verdade, temos de trazer alguns números.

Sr. Presidente, da zero hora do dia 1º de janeiro até a madrugada de ontem, tivemos registrados na Bahia 1.312 assassinatos. E, nos últimos 16 anos, praticamente, desse governo, desse desgoverno do PT, nós tivemos registrados, segundo o Atlas da Violência, Sr. Presidente, 89.504 assassinatos na Bahia.

De acordo com os dados da SSP-BA, já que não acreditam nos dados do Atlas da Violência, vão aqui: 86.443 assassinatos, de acordo com a SSP-BA. Independentemente de ser o Atlas da Violência ou de serem os dados da SSP, ambos os números estão extremamente elevados e mostram a gravidade da insegurança pública do nosso estado.

E, para piorar, hoje, uma rede de TV, tentando corroborar com as imprecisões, com as ilações desse “desgovernador” do estado, afirmou que parte dessas mortes estariam atreladas supostamente aos atiradores, aos CACs, não sabendo o governador do estado que, num estado que tem quase 15 milhões de habitantes, nós temos apenas e tão somente 15 mil atiradores, que são os CACs, os colecionadores, atiradores e caçadores.

E o governador, levemente, de forma irresponsável, quer atribuir essas mortes aos CACs e não à sua gestão incompetente, e não à sua incapacidade de gerir este estado. Como disse aqui o Soldado Prisco, o governo gasta R\$ 600 milhões na compra

de câmeras, quando falta até mesmo combustível para as viaturas, quando faltam quartéis condizentes com a realidade e a necessidade desses policiais militares e bombeiros militares. Esse governador sempre tenta arrumar uma desculpa para poder mascarar e esconder a sua incompetência, a sua falta de gestão frente à segurança pública.

Então, eu gostaria de dizer que essa emissora de TV que atribuiu aos CACs, ou tentou atribuir aos CACs o aumento de apreensões de armas de fogo ilegais aqui no estado, mostrando imagens do interior de um estande de tiro na capital baiana e de atiradores, como se eles estivessem relacionados ao aumento do número de armas apreendidas no estado, armas essas que seriam supostamente ilegais. Digo e repito, não somente ao governador do estado, mas também a parte daquela imprensa financiada por esse governo para mascarar, para tentar esconder, tentar criar cortina de fumaça sobre aqueles dados reais, digo e repito: nós, CACs, porque também sou atirador, sou policial militar e sou CAC, nós não somos bandidos. O governador do estado não conseguirá intimidar essa categoria nos atribuindo a conta do número de mortes aqui no estado.

Portanto, Sr. Presidente, fica aqui o meu repúdio não somente às ideias que o governador do estado tentou passar, mas também a parte da imprensa, que tem tentado atribuir aos CACs esse alto número de mortes no estado.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, questão de ordem, só para ordenar os trabalhos.

Em relação ao projeto que o deputado Alan pediu vista, o deputado Alan já comunicou à bancada que a sua assessoria o orientou a votar positivamente ao projeto. Então, a Bancada da Oposição irá votar positivamente ao projeto.

Também quero informar a V. Ex.^a que o deputado Prisco irá pedir vista do próximo projeto em pauta.

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado. Eu vou seguir o trâmite e depois concederei, se for solicitado, o pedido de vista.

Questão de ordem, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, há acordo com o deputado Sandro Régis, e quero agradecer, inclusive, pela indicação positiva ao projeto que será votado hoje. Ele vai pedir vista e nós estamos suspendendo as intervenções dos horários partidários. Já encerramos tanto de um lado quanto do outro, para que possamos ir para a Ordem do Dia. Mas eu não poderia deixar de registrar que nós precisamos repensar as nossas intervenções.

Eu acabei de ouvir a intervenção do deputado Alden, que faz acusações e chama o governador de irresponsável, de leviano. Deputado, eu acho que a gente precisa

superar esse tipo de colocação nesta Casa. Nós temos de ocupar este espaço para disputar ideias e não para utilizar determinados adjetivos porque não gostamos de “a”, de “b” ou de “c”.

Estou dizendo isso porque o deputado já é reincidente nesta Casa. Passou por uma omissão de ética para discutir uma leviandade que ele fez em relação aos colegas, dizendo que estavam recebendo dinheiro da Prefeitura de Salvador. E nós tivemos todo o cuidado de, no Conselho de Ética, evitar que houvesse excessos nessas questões. E o deputado, por várias vezes, me ligou dizendo que não foi bem assim, se desculpendo. E eu disse que não era a mim a quem ele tinha de pedir desculpas, ele tinha de pedir desculpas aos colegas que ele acusou. Mas parece que ele não aprendeu.

Então, deputado, eu queria lamentar a sua fala aqui. Não é verdade que o governador Rui Costa seja leviano, nem irresponsável. Você pode, qualquer deputado, até do Governo, pode discordar de posições, e é natural, mas as ações que o governo do estado tem feito são no sentido de procurar acertar. Se não acerta, porque pensa diferente, seja deputado da Base do Governo, seja da Base da Oposição, não tem nenhum problema de disputar essas ideias, mas nós não podemos entrar nessa questão de utilizar adjetivos contra as pessoas para defender nossas posições.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ordem do Dia.

Srs. Deputados, antes de iniciar a votação, eu queria dizer que existe um questionamento da imprensa acerca de quando o processo do Capitão Alden irá a Plenário. Claro, eu, como presidente, tenho de consultar os líderes e, consultando os líderes na tarde desta terça-feira, ficou decidido, em virtude desses três projetos...

O Sr. Capitão Alden: Sr. Presidente, por gentileza, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (...) possivelmente um será votado hoje. Então, como esses dois projetos restantes, suponho, estão sobrestando a pauta, assim que votarmos, colocaremos o processo do Capitão Alden, enviado pela Mesa Diretora, para votação. Até porque a imprensa, todos os dias, nos questiona, então eu queria dar essa satisfação.

Pois não, Capitão Alden.

O Sr. Capitão Alden: Sr. Presidente, como fui citado pelo líder Rosemberg, eu gostaria apenas, Sr. Presidente, de pontuar o seguinte: a decisão do Conselho de Ética é soberana e vou respeitá-la. Agora, o simples fato de atribuir a irresponsabilidade do governador do estado em fazer a gestão da segurança pública não me torna nem menos e nem mais importante porque passei pelo Conselho de Ética. Vamos tratar as coisas de forma diferente. Conselho de Ética é uma coisa. Já apurei, já está sendo apurado e serei, eventualmente, apreciado através do Plenário.

Agora, na minha atuação parlamentar, discordar da atuação do governador do estado, farei, sim, porque os números não mentem. Os números não mentem e infelizmente o governador do estado tem sido, sim, conivente com muita falta de

gestão, a exemplo das situações relacionadas à Covid-19. Eu encaminhei ao TCE, inclusive, denúncias relacionadas a desvio de verbas.

Cancelei três contratos de R\$ 150 milhões, Sr. Rosemberg, isso é fato. O TCE está apurando, o TCE, inclusive, está convocando o secretário Fábio Vilas-Boas para prestar esclarecimentos. Isso não é acusar de forma leviana. O TCE já está convocando o secretário para prestar esclarecimentos.

Então, vamos tratar as coisas aqui de forma diferente, de forma condizente com a realidade, e não criar ilações ou divergências políticas.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

Srs. Deputados, deputado Capitão Alden, eu acredito que o que líder Rosemberg quis dizer... Nós estamos, infelizmente, porque a eleição é todo ano neste país, já em processo de uma nova eleição que só vai acontecer se o presidente Bolsonaro deixar, deputado Euclides, daqui a 14 meses.

Claro, nós temos deputados que vão defender o provável candidato ACM Neto; o outro lado tem a bancada que vai defender o futuro candidato da bancada, hoje da Maioria, que, é claro, todos têm o direito de discordar, mas que nos termos usados por esta Casa... Fui alertado por ter esquecido o novo candidato: o ministro João Roma.

Então, teremos defensores dos três candidatos.

O que a gente pede é para discutir ideias, pois discordar é normal, fazer oposição é normal. Mas pede-se para se manter um linguajar adequado. Eu acredito que foi isso que nós defendemos que o líder Rosemberg quis dizer.

O Sr. Robinson: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Robinho.

O Sr. Robinho: Presidente, falando de segurança, aconteceu um fato atípico na cidade de Itanhém. Imagine que a segurança daquela cidade tem feito abordagens em pontos de tráfico de drogas. E, aí, os traficantes se reuniram e invadiram a prefeitura, alegando que o prefeito foi quem cobrou da segurança pública para que abordasse, inibisse ou dificultasse a venda da droga.

A que ponto chegamos! Eu tentei falar com o secretário da Segurança. Consegui falar com a secretária do secretário da Segurança. Falei do problema, pedindo proteção e segurança, não só para o prefeito, mas para a família do prefeito. E eu quero pedir à liderança, na pessoa de Rosemberg e na pessoa do nosso presidente Adolfo, para que pedissem ao governador, para que desse uma atenção especial a esse caso que está acontecendo em Itanhém.

O prefeito Mildson está passando por dificuldades. Afinal de contas, envolver com tráfico... Aliás, ele não tem envolvimento. Mas uma briga, um problema com tráfico é um problema muito sério. E só uma proteção especial é que nós pedimos ao governo do estado, para que possa dar a proteção, através da Segurança Pública, ao prefeito Mildson, da cidade Itanhém.

Agradeço a oportunidade a você, meu presidente Adolfo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Robinho, eu pensei que já tinha visto tudo. A cada dia a gente se surpreende. Traficantes invadindo a prefeitura,

e um secretário não tem o respeito pelo parlamentar que está cuidando dos interesses da população da Bahia. É lamentável que um secretário de Estado não atenda a uma ligação.

Fica o meu repúdio, como presidente, ao secretário sobre esse fato que V. Ex.^a citou nesta Casa. Com certeza absoluta, o líder Rosemberg... melhor, nós levaremos esse problema e esse absurdo, pois o governador já deve ter conhecimento.

Ordem do Dia.

Projeto de Lei.

Em votação, o Projeto de Lei nº 24.214/2021, do Poder Executivo, que altera a Lei nº 14.281, de 28 de agosto de 2020, na forma que indica.

Já foi lido o parecer pelo deputado Marcelino Galo, na sessão anterior. **(Parecer favorável ao texto original, relatado pelo Deputado Marcelino Galo Lula na 19ª Sessão Extraordinária, do dia 10/8/2021)**

O deputado Alan Sanches pediu vista e o projeto já foi devolvido.

Então, em votação no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

O deputado Sandro Régis, líder da Oposição, já manifestou a posição da Bancada da Oposição. Eu acredito que não precisa novamente ser encaminhado. O deputado já encaminhou pela aprovação.

Então, em votação no âmbito do Plenário.

O Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 24.214/2021

Altera a Lei nº 14.281, de 28 de agosto de 2020, na forma que indica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 3º da Lei nº 14.281, de 28 de agosto de 2020, passa a vigorar com a seguinte modificação:

“**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24 de março de 2020, e produzirá efeitos enquanto perdurar a vigência do estado de calamidade pública decretado no Estado da Bahia.” (NR)

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O próximo é o Projeto de Lei nº 24.215/2021, do Poder Executivo, que institui o Programa Baiano de Educação Integral Anísio Teixeira e dá outras providências.

Deputado Sandro Régis.

O Sr. Soldado Prisco: Presidente.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Parecer, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Alan, eu vou obedecer à questão do pedido de vista do Soldado Prisco. Mas, antes disso, eu vou passar a palavra para a relatora para ler o seu parecer, deputada Fabíola Mansur.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Fabíola Mansur para proceder à leitura do parecer.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas presentes, cumpre-me a honrosa missão de relatar o parecer do Projeto de Lei nº 24.215/2021, de autoria do Poder Executivo, que institui o Programa Baiano de Educação Integral Anísio Teixeira e dá outras providências.

(Lê) “*Parecer*

Das Comissões de: Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Direitos Humanos e Segurança Pública e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 24.215/2021, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘Institui o Programa Baiano de Educação Integral Anísio Teixeira, e dá outras providências.’

A proposição que ora passo a relatar, de autoria do Poder Executivo, destina-se a instituir o Programa Baiano de Educação Integral Anísio Teixeira, em consonância ‘com o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral - EMTI, instituído pelo Ministério da Educação - MEC, com fundamento na Lei Federal nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, elevando os níveis de aprendizagem e fortalecendo o desenvolvimento humano e social dos alunos da Rede Pública Estadual de Ensino’, conforme ressalta o Sr. Governador na Mensagem encaminhada a esta Casa.

De acordo com o art. 1º do projeto, o objetivo do Programa é de ‘elevar os níveis de aprendizagem e fortalecer o desenvolvimento humano e social dos alunos da Rede Pública Estadual de Ensino’, e terá como diretrizes: jornada escolar de tempo integral, respeitado o mínimo de 1.400 horas anuais; formação orientada por práticas pedagógicas que auxiliem a construção do projeto de vida dos estudantes, consideradas as múltiplas dimensões do ser humano e as especificidades educativas para o seu desenvolvimento; estímulo ao envolvimento das famílias e da comunidade nas atividades escolares e na construção de projeto político-pedagógico que combine atividades de aplicação do conhecimento científico, recreativas, esportivas, artísticas e culturais, que desenvolva a consciência socioambiental, o respeito aos direitos humanos e à diversidade e estimule o exercício da cidadania, a promoção da igualdade racial e da justiça social; atuação articulada e integrada com outras ações e programas indutores da educação integral e de fortalecimento da educação básica, inclusive mediante o estabelecimento de parcerias com organizações da sociedade civil e observância às estratégias previstas no Plano Estadual de Educação.

O Programa será financiado com recursos do Estado da Bahia e de programas federais de incentivo à educação integral, e competirá à Secretaria da Educação a seleção das unidades escolares que farão parte, considerando-se a prioridade em função do alto grau de vulnerabilidade socioeconômica da comunidade atendida, cabendo ressaltar que as unidades escolares selecionadas terão asseguradas as condições pedagógicas, estruturais, administrativas e financeiras, inclusive para alimentação complementar, necessárias ao desenvolvimento das atividades.

Trata-se, assim, de medida de relevante interesse público, voltada para o desenvolvimento da educação no Estado que deverá receber o pleno apoio dos Parlamentares desta Casa...”

Este projeto deve receber o apoio desta Casa, pois tem como patrono Anísio Teixeira, esse caetiteense – saudar todo o povo de Caetité – sempre foi pioneiro, Sr. Presidente, na implantação de escolas públicas com foco na cidadania e na saúde, com apoio em atividades esportivas e culturais, e, também, o pioneiro na ideia da escola em tempo integral.

Quero parabenizar o secretário Jerônimo Rodrigues e o governador Rui Costa por estarem encaminhando este importante programa de apoio, de fomento, um programa baiano de educação integral Anísio Teixeira, que ora relatei.

(Lê) *“(...) O projeto não recebeu emendas, e, considerando que se encontra em conformidade às exposições constitucionais e legais, além do seu caráter e grande mérito, opino pela aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.*

É o parecer, s.m.j.

Sala das sessões, 17 de agosto de 2021.”

Queria agradecer à relatoria deste projeto, o nosso líder deputado Rosenberg, porque isso realmente qualifica, como presidente da Comissão de Educação, a gente trazer boas notícias do Executivo que esta Casa certamente votará.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Sandro, ouvimos a aprovação do relatório da deputada...

O Sr. Soldado Prisco: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Soldado Prisco.

O Sr. Soldado Prisco: Quero pedir vista ao projeto, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Prisco, será concedido vista.

Nada mais havendo, declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.